



Rádio Peão

PETROLEIROS DE MINAS DIZEM NÃO À PRIVATIZAÇÃO DA REGAP

O ato realizado pelos petroleiros de Minas Gerais na última quinta-feira (3) deu o tom da luta da categoria em defesa da Petrobrás. Na manifestação, os trabalhadores denunciaram as consequências da venda da Regap, para o povo mineiro.

Um dos principais impactos seria a queda na arrecadação de impostos em Minas e no município de Betim. Isso porque a refinaria é hoje a empresa que mais gera repasse de impostos para a cidade e, nas mãos da iniciativa privada, a empresa pode pleitear isenções fiscais.

Além disso, a privatização da Regap poderia provocar a redução da produção de derivados e, conseqüentemente, a redução de arrecadação de impostos, corte de empregos, e aumento dos preços dos combustíveis; a interrupção da produção e a transformação da refinaria em um centro de tancagem; ou até mesmo o fechamento da refinaria.

Durante o ato, representantes de outras entidades presentes reafirma-



Foto: Natália Gomes/Mídia Ninja

ram a necessidade de uma pauta unificada em defesa da Petrobrás e da soberania nacional. “O que vocês decidirem aqui, vai definir nossa negociação também, pois é uma conjuntura de ameaça nacional”, explicou o secretário geral da Central Única dos Trabalhadores de Minas, Jairo Nogueira.

O diretor do Sindipetro/MG, Felipe Pinheiro, salientou que esse é momento de debater mais a fundo o cenário de desmonte na Regap. “No processo de precarização para preparar a refinaria para a

privatização, estamos todos correndo riscos - os trabalhadores e a sociedade no entorno da Regap”.

Ainda participaram do ato, a deputada estadual Beatriz Cerqueira (PT), um representante do mandato da também deputada Marília Campos (PT), e representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do Levante Popular da Juventude, do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios de Minas (Sintect-MG) e do Sindicato dos Metroviários de Belo Horizonte.

Em um segundo mo-

mento, a diretoria do Sindipetro debateu com os trabalhadores sobre a preparação para uma greve, tendo em vista que a categoria está em negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), em um processo marcado por diversas medidas arbitrárias e antissindicaís da direção da empresa.

O ato na portaria da Regap marcou o aniversário de 66 anos da Petrobrás e também ocorreu em Curitiba, onde está preso o ex-presidente Lula, e em todas as bases da Petrobrás no Brasil.

Sindicatos definem assembleias para rejeitar proposta do TST e aprovar data de greve

Em Conselho Deliberativo na última terça (1º) e quarta-feira (2), a FUP e seus sindicatos decidiram submeter a proposta do Tribunal Superior do Trabalho (TST) para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) às assembleias.

A decisão atende a uma cobrança do TST, mas o indicativo da Federação é de rejeição da proposta, tendo em vista que esta não atende às reivindicações da categoria petroleira e retira direitos.

Ainda segundo a FUP, o indicativo de rejeição tem como objetivo a continuidade das negociações, seja por meio de mediação ou em mesa com a Petrobrás. Em documento encaminhado à Federação, o próprio

TST ressaltou que as entidades sindicais podem aprovar, rejeitar ou criticar a proposta apresentada. Diante disso, no dia 26 de setembro, a FUP protocolou no Tribunal um documento destacando itens que ainda precisam ser discutidos, tais como: a vigência do acordo, a AMS, a questão das horas extras e a promoção de pleno para sênior.

Sendo assim, a Federação construiu um calendário com assembleias entre os dias 7 e 17 de outubro que, além da rejeição da proposta, devem avaliar os itens encaminhados ao TST. Também será ponto de pauta das assembleias o condicionamento da assinatura do ACT, em caso de eventual apro-



vação da proposta, à assinatura dos acordos das subsidiárias e da Araucária Nitrogenados.

Também foi definido no Conselho Deliberativo um indicativo de gre-

ve a partir de 26 de outubro, caso as negociações não sejam retomadas.

Nos próximos dias, será divulgado o edital com o quadro das assembleias do Sindipetro/MG.

PETROBRÁS ANUNCIA ACORDOS INDIVIDUAIS E CLT

A Petrobrás formalizou na última terça-feira (1º) a possibilidade de acordos individuais aos trabalhadores de nível superior com remuneração acima de R\$ 11,678 e a implantação gradual da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para os demais. A medida foi confirmada ainda durante o processo de mediação do Acordo Coletivo de Trabalho no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Ainda conforme a

própria Petrobrás, são elegíveis para assinatura de acordos individuais aproximadamente 6.600 trabalhadores, ou seja, 10% do total. Para estes estará disponível para adesão a última proposta de ACT apresentada pela empresa e rejeitada pela categoria em assembleias realizadas em agosto.

Já para os demais, a empresa montou um cronograma de migração para a CLT, com o corte dos benefícios educacionais, do programa Jovem

Universitário, da Gratificação de Campo Terrestre, do Adicional por Tempo de Serviço, do Extra Turno Feriado, e do Adicional do Amazonas, ainda no mês de outubro. E, em novembro, a empresa implantará o pagamento de horas extras troca de turno em 50% e as demais horas extras conforme a CLT.

Segundo o diretor do Sindipetro/MG, Alexandre Finamori, é preciso ficar claro que essa é mais uma postura intran-

sigente da empresa e que tem se repetido ao longo de todo o processo de negociação. "Quem suspendeu as negociações em mesa, quem provocou o TST e se recusou a participar das reuniões bilaterais e, agora está se negando a manter o atual ACT até o fechamento do próximo, é a Petrobrás. E isso tem que ficar muito claro para a categoria porque é a empresa que não está disposta à negociação com os trabalhadores".